

Ex-ministro diz que País precisa de novo choque

Teresina — O ex-ministro do Planejamento nos Governos Médici e Geisel, João Paulo dos Reis Velloso, defendeu, ontem, nesta capital, um novo choque na economia para conter a escalada inflacionária. "Tem que haver um choque, com um eficiente acompanhamento de preços", pregou o ex-ministro, sem contudo detalhar a sua tese.

"Aparentemente, o pior já passou" afirmou Reis Velloso, ao comentar o risco de uma hiperinflação antes das eleições presidenciais de novembro. Segundo ele, a indicação é a de que o País conviverá até lá com uma taxa de 30 por cento ao mês. "É o que se pode fazer até a eleição. Já há até quem esteja acostumado com ela, mas isso é um desastre, um horror", frisou.

Reis Velloso disse que o Brasil tem que passar por reformas para debelar a inflação, sob pena de não vencer o problema. "O País está empurrando as coisas com a bariga. Não devemos nos acostumar a conviver com essa taxa inflacionária. Isso tem que acabar. Um País que se preocupa apenas em se defender da inflação perde as perspectivas de desenvolvimento", advertiu.

O ex-ministro do Planejamento mostrou-se otimista, entretanto, com a vitalidade econômica do Brasil. "No segundo trimestre deste ano o País deteve a maior taxa de crescimento desta década — 6,8 por cento. É impossível fazer recessão, embora os indicadores negativos da inflação sejam suficientes para anular os demais. Os indi-

cadores econômicos são positivos mas instáveis", colocou.

Para Reis Velloso, o Governo Sarney deve fazer apenas um acordo provisório com os credores estrangeiros, na questão da dívida externa, reivindicando a sua renegociação para o futuro presidente. "Será uma maneira de ganhar tempo", enfatizou, para completar que a primeira providência do novo presidente brasileiro deve ser renegociar a dívida do País.

O ex-ministro veio a Teresina para proferir, a convite do Centro de Estudos Econômicos Conselheiro Saraiva, uma palestra para empresários, economistas e outras pessoas da área em torno do tema "Brasil — Crise e Esperança".

BANCO MUNDIAL

Dos 24 Estados brasileiros, o Rio de Janeiro é o único que não apresentou projetos específicos para utilizar recursos das operações de empréstimos do Banco Mundial ao Brasil. Enquanto os Estados mais desenvolvidos, como São Paulo, Minas Gerais, e Paraná, apresentaram no triênio 1987-89 projetos para setores diversos como transporte, indústria, energia, desenvolvimento urbano e rural, educação e saneamento, entre outros, o Rio de Janeiro candidatou-se aos recursos com um pedido genérico para "operações de emergência".

"Se todos reconhecem que o problema do Rio é recuperar a taxa de investimento, como se explica que o Governo não apresente projetos ao Banco Mundial e ao BID", indagou ontem na Câmara o deputado Francisco Dornelles (PFL-JR).